

# Ética da Tradução da Literatura

## Ethics of Literature Translation

Dimitri Zen

(Universidade de Roma, Itália/Consulado Italiano, Brasil)

### Resumo

O presente artigo trata da questão da tradução e recepção da obra literária. O ponto de partida pode ser resumido na seguinte questão: é possível traduzir uma obra de arte? Considerando-se a obra literária original e dinâmica em seu processo criativo e interpretativo, tem-se que o ato tradutório é um ato hermenêutico que não se espelha no paradigma da fidelidade, válido para a maioria das traduções. Sendo assim, o processo de tradução de uma obra literária deve levar em consideração aspectos contextuais e próprios da cultura para a qual a tradução se destina, não se confinando em uma tentativa de tradução semântica. Ao final discute-se o conceito de adaptação como conceito adequado para ser usado quando busca-se traduzir textos literários.

**Palavras-chave:** Ética. Hermenêutica. Linguagem. Tradução. Estética.

### Abstract

This article deals with the question of the translation and reception of the literary work. The starting point can be summarized in the following question: Is it possible to translate a work of art? Considering the original and dynamic literary work in its creative and interpretive process, the translation act is a hermeneutic act that is not mirrored in the paradigm of fidelity, valid for most translations. Thus, the process of translating a literary work must take into account contextual and proper aspects of the culture for which the translation is intended, not confining itself to an attempt at semantic translation. Finally, the concept of adaptation is discussed as a suitable concept to be used when translating literary texts.

**Keywords:** Ethics. Hermeneutics. Language. Translation. Aesthetics.

## 1 Introdução

Um dos debates que, frequentemente, acenderam-se acerca do problema da tradução, tocou o tema da intraduzibilidade do texto literário, enquanto dotado de um alto grau de polissemia. A questão faz-se ainda mais complexa quando se fala de texto poético. Por sua estrutura, de fato, a poesia é composta por uma linguagem que vai além da linguagem e os níveis do discurso (métrico-rítmico, semântico-lexical, fonológico e sintático), não somente são todos portadores de significado, mas também estreitamente condicionados entre si.

Há limites para além dos quais a tradução já não é tal, mas torna-se paródia, reescrita ou falsificação, transposição ou adaptação. Neste último caso, vários podem ser os motivos pelos quais se procede a transformar, até mesmo radicalmente, o texto: as exigências do contexto de chegada, o *target* do leitor, a reelaboração para fazer funcionar o texto em um gênero diferente.

Fundamental para as modernas teorias tradutológicas é a atenção ao sistema de chegada da tradução, ou seja, ao problema da recepção do texto. Este discurso está estritamente ligado aos conceitos de tradução *source-oriented* e *target-oriented* (Toury) e à *Polysystem Theory* (Even-Zohar). A tradução, em ambos os casos, deverá prestar contas ao sistema literário das culturas com as quais os textos interagem.

## 2 A tradução de um texto literário

Um dos antigos debates acerca da tradução tocou exatamente o tema da intraduzibilidade do texto literário

(principalmente, poético). Citamos aqui as palavras do filósofo Giovanni Gentile (1921, p. 369), que nos parecem paradigmáticas para tomar partido da intraduzibilidade:

Mas é possível traduzir uma obra de arte? Nem uma obra de arte, nem uma obra científica, ainda que o que se perde no segundo caso seja menos do que o que se perde no primeiro. Porque as palavras são palavras do sentimento, enquanto como toda técnica foram fundidas no sentimento, e formam com esse um todo, que é exatamente o elemento artístico da obra de arte. Portanto, substituir uma língua por outra é substituir um sentimento por um outro sentimento, e tomar a ideia de uma obra artística para fazer outra a partir dela. Mas ainda que o leitor seja italiano e fale a mesma língua do poeta, não se pode dizer que aquela língua seja exatamente a mesma. Cada escritor tem a sua língua, as suas palavras, todas as soantes de sua pronúncia, animadas pela sua alma, e que formam assim um corpo, no qual cada órgão está correlacionado a todos os outros: ou seja, cada palavra tem um sentido no contexto, que é aquele singular, único, discurso que é irreproduzível.

Escreve provocatoriamente Berman (2003, p. 36) que a “intraduzibilidade é um dos modos de auto-afirmação de um texto”, no sentido de que um texto poético afirma a sua verdade e o seu valor exatamente por ser intraduzível. Apesar do recorrente *Leitmotiv* da intraduzibilidade do texto literário, ainda que formulado em termos relativamente diferentes, uma dose de pragmatismo leva a considerar o ato de traduzir como arbitrário, mas necessário, aliás, útil inclusive em uma

condição de *misreading*, enquanto até mesmo as desleitura resultam benéficas para pôr em contato as culturas e fazê-las crescer. Segundo a impostação radical de Susan Bassnett-McGuire, o preconceito da intraduzibilidade é derrubado quando se entende a tradução não como uma pesquisa de equivalências semânticas ou formais, mas na acepção de atividade linguística que preside qualquer tipo de troca comunicativa, entre línguas diferentes ou até no âmbito da própria língua.

Partindo-se da presunção da superioridade epistemológica do “original” com respeito a qualquer tradução, enquanto se atribuem ao texto características de “autoridade”, talvez, até mesmo, de “sacralidade” (NEWMARK, 1988, p. 39-41), ou seja, partindo-se da tese de que a tradução deva ser uma operação mimética, apta a reproduzir a essência da expressão, segundo o princípio da equivalência, o fracasso é inevitável e será necessário remeter o leitor às gramáticas para um conhecimento direto das línguas originais. Se, ao contrário, colocam-se os dois textos – original e tradução – em uma relação de mera anterioridade cronológica, o raciocínio se dará em termos de “diferença” e não de “equivalência”.

Mas procuremos ver os problemas mais de perto. O primeiro obstáculo relativo à tradução literária é intrínseco ao estatuto que define a obra de arte como obra original, para a qual não é possível estabelecer regras gerais de tipo morfossintático ou lexical e que não obedece a nenhuma regularidade normativa, dado o alto grau de polissemia do texto literário. No texto literário – define Coseriu – os fatores linguísticos individuais têm um papel central. A língua literária, de fato, é portadora de um produto ligado ao estilo individual de escrita de um único

autor, onde cada signo tem um seu significado e cada palavra um lugar preciso. Entre os elementos linguísticos e estruturais do léxico, da sintaxe e da interposição instauram-se interrelações que estão na base do valor estético da obra literária. Não se pode, de fato, falar de língua literária como se fora uma dimensão linguística unitária, enquanto não existem pontos de referência para o tradutor, que é constrangido, por necessidade interpretativa, a uma maior liberdade e criatividade. Na tradução literária são de fato coexistentes, em grau máximo, o processo criativo e o interpretativo, e a dinamicidade e a autonomia da escrita do tradutor têm rejeitado completamente a relação entre a ideia de fidelidade e infidelidade como noção chave para uma teoria da tradução. A tradução literária, escreve Eco, é toda obra aberta, passível de várias interpretações. O texto literário oferece diversos níveis de leitura que fazem emergir numerosos obstáculos quando se está frente ao ato de traduzir. Lotman (1995b, p. 260) evidencia a complexidade disso:

As dificuldades principais da tradução do texto literário estão ligadas [...] à necessidade de transmitir as ligações semânticas que emergem, especificamente no texto poético, nos níveis fonológico e gramatical. Se não se tratasse apenas de reproduzir, em nível fonológico, determinadas onomatopéias, aliteraões ou similares, as dificuldades seriam sensivelmente menores. Mas aquelas ligações semânticas específicas que emergem em virtude da mudança no texto poético da relação entre o invólucro sonoro da palavra e a sua semântica, tanto quanto a semantização do nível gramatical, parecem

negar-se a uma tradução exata. Aqui, verossimilmente, deve-se pôr não a questão da exatidão da tradução, mas da sua adequação, da tentativa de reproduzir de modo geral o grau de densidade das ligações semânticas no texto.

Forma e conteúdo são considerados inseparáveis e, portanto, o tradutor deverá tentar entrelaçar o significado da poesia originária em uma rede de correspondências linguísticas e formais que são peculiares da língua de chegada. Levý, no ensaio *Translation as a Decision Process* (1967), tenta elaborar uma teoria e um método para a tradução literária, atribuindo importância maior ao estilo com relação ao significado. Ele descreve a tradução como um contínuo “processo decisório”, uma escolha entre diversas alternativas, que influenciam aquilo que virá a seguir. Na tentativa de traçar uma normativa, Inês Oseki-Dépre (1999) propõe, ao invés, uma classificação entre teorias prescritivas, atentas ao valor literal do texto de partida, e teorias descritivas, nas quais se contempla a modificabilidade do texto de origem.

Dificuldade ainda maior apresenta a tradução da poesia, construída sobre uma polissemia da linguagem, na qual cada palavra, cada minúsculo elemento, contém em si um conjunto de conotações dificilmente transferíveis. Se é possível, de fato, restituir os significados denotativos de um texto poético, mais complexa parece a transmissão daqueles conotativos. Além disso, em um texto poético, as palavras não podem ser nem móveis nem intercambiáveis. Meschonnic sustenta, de fato, que, em poesia, significante e significado são inseparáveis (Mattioli, 1993, p. 10), e Octavio Paz (1995, p. 293) escreve:

Assim que adentramos nos domínios da poesia, as palavras perdem sua mobilidade e sua intercambiabilidade. Os sentidos da composição poética são múltiplos e mutáveis: as palavras da mesma composição poética são únicas e insubstituíveis. Modificá-las significaria destruir a obra.

Por sua intrínseca estrutura, a poesia é uma linguagem que vai além da linguagem e as maiores dificuldades que se encontram na tradução poética devem-se, portanto, ao fato de que os níveis do discurso (métrico-rítmico, semântico-lexical, fonológico e sintático) não apenas são todos portadores de significado, mas também condicionados estritamente entre si. Concluindo o seu discurso sobre a “fidelidade à poesia” na tradução, Mounin (1965, p. 145) escreve, de fato, que

a fidelidade da tradução poética não é nem fidelidade mecânica a todos os elementos semânticos, nem a automática fidelidade gramatical, nem aquela fraseológica absoluta, nem a fidelidade científica à fonética do texto: é a fidelidade à poesia. Para traduzi-la, é preciso não a ter ouvido, mas, sim, tê-la identificado tanto nos fins como nos meios.

Mas a preciosa alquimia da palavra poética não deve desencorajar o tradutor que – escreve Benjamin (1962, p. 44) – tem a tarefa de liberar a “língua pura” contida no texto, o sentido escondido das palavras, e que não é explicitado pelo autor original: a tradução pode chegar a “reavivar [...] o eco do original”. Para Georg Gadamer, a tradução é uma forma de interpretação que utiliza a linguagem como *medium* de compreensão. O

filósofo alemão define que a tarefa do tradutor é interpretar (função hermenêutica) e depois traduzir (GADAMER, 1995, p. 342):

O tradutor deve transpor o significado do discurso no contexto em que vive o interlocutor ao qual se dirige. Isto não significa, obviamente, que ele possa alterar o sentido que o outro interlocutor quis dar ao discurso. Tal sentido deve ser mantido, mas, devendo ser compreendido em um mundo linguístico diferente, é praticamente reconstruído em um mundo novo. Cada tradução é, portanto, sempre uma interpretação.

O ato tradutório, portanto, vale substancialmente como ato hermenêutico, funcional para desfazer as ambiguidades e as dificuldades que o texto apresenta para depois restituir não a ambiguidade inicial, mas a interpretação (*Ibidem*, p. 345):

O imperativo da fidelidade, que vale para toda tradução, não pode suprimir as fundamentais diferenças que subsistem entre as diferentes línguas. Mesmo quando decidimos ser escrupulosamente fiéis, deparamo-nos com o dever de fazer difíceis escolhas. Se, na tradução, queremos salientar um aspecto do original que nos parece importante, isso pode acontecer, às vezes, com a condição de deixar em segundo plano ou até mesmo eliminar outros aspectos também presentes. Mas é exatamente isso que chamamos de interpretar. A tradução, como toda interpretação, é uma elucidação enfatizante. Quem traduz deve assumir a

responsabilidade de tal ênfase. Não pode deixar pendente nada que não fique claro. Deve decidir o sentido de cada nuance.

Em tais casos, é exatamente a condição de ambiguidade interna no texto que é favorecida pelo tradutor. Sobre isso expressou-se Friedmar Apel (1997, p. 28), que define serem as traduções concebidas como

processos pendentes, como um contexto problemático dinâmico ligado diretamente às obras. [...] A tradução de um texto poético [...] não é uma tarefa que se possa resolver de uma vez por todas, mas sim uma problemática que se renova continuamente no plano histórico, com um horizonte aberto.

Mattioli, reforçando, assinala os perigos da simplificação do processo tradutório ínsitos “na sucessão de compreensão, interpretação e objetivação linguística que está implícita na demanda de Gadamer” (*ibidem*, p. 13).

Tentemos distinguir alguns processos de tradução de um texto poético para os quais, caso a caso, foram feitas escolhas de base privilegiando alguns aspectos e eliminando outros.

*Tradução literal:* o texto traduzido é a reprodução, palavra por palavra, do texto original. Com este método, frequentemente, se distorcem o sentido e a sintaxe, entendida como sistema coerente, com o único objetivo de oferecer ao leitor o significado atribuído a cada uma das palavras.

*Tradução metatextual:* acompanha-se o texto original de um aparato crítico (na mesma língua da poesia ou em outra) com o qual se torna acessível o sentido através da elucidação dos valores semânticos do original, fornecendo as referências culturais necessárias.

*Tradução de autor:* é confiada a um poeta. O resultado pode produzir um metatexto de extraordinária qualidade, mas com o risco de que a tradução seja arbitrariamente ligada ao mundo poético do tradutor. É a escolha mais adequada quando não se dá importância ao resultado filológico do texto.

*Transposição cultural:* é a estratégia de quem julga ser capaz de encontrar o homólogo cultural das formas poéticas de uma cultura para outra: “A forma do soneto não significa para o leitor contemporâneo norte-americano aquilo que significava para os contemporâneos de Petrarca na Itália do século XIV. Usar a mesma forma para uma tradução de uma época diferente e uma cultura diferente pode, portanto, comportar um significado muito diferente e produzir o contrário de um resultado fiel. Uma solução é procurar um equivalente cultural (como o pentâmetro jâmbico inglês para os alexandrinos franceses) ou um equivalente temporal (o verso livre moderno no lugar das formas clássicas em versos do passado)” (CONNOLLY, 1998; OSIMO, 2000b).

*Tradução fonêmica:* o texto traduzido procura reproduzir o som do texto de origem.

*Interpretação:* é conservada a substância do texto, mas modificada a forma. As imitações são aquelas que recorrem a um texto de partida para algumas indicações (título, incipit, etc.).

*Tradução interlinear:* é aquela que Humboldt e depois Benjamin consideram ser alienante no grau máximo e capaz de expressar a “língua pura”.

*Tradução métrica:* o critério dominante é a reprodução da métrica original. A esta se pode acrescentar a tradução rimada, com a conservação da rima do texto original.

*Tradução em prosa:* o tradutor preocupa-se, sobretudo, em veicular o sentido.

### **3 Tradução e adaptação**

Toury, no trabalho *Descriptive Translation Studies and Beyond* (1995), expõe uma teoria normativa da crítica tradutória. Não se trata, naturalmente, das normas entendidas como regras a serem seguidas para desenvolver a atividade de crítico ou de tradutor, mas das constantes, das “regularidades” que se podem encontrar. A crítica da tradução, escreve Toury, assumindo a tarefa de evidenciar tais regularidades, “põe-se a serviço da ciência da tradução entendida em sentido geral, visto que pesquisa as constantes do comportamento tradutório, dando uma importante contribuição à sua descrição (e não padronização)” (OSIMO, 2000b). Toury reconhece alguns “requisitos mínimos” para que um texto se qualifique como tradução: deve existir um texto fonte (*the source-text postulate*); o texto traduzido deve ter sido “gerado” por meio de uma operação de transferência (*the transfer postulate*); deve existir algum tipo de relação entre o texto original e a tradução (*the relationship postulate*) (TOURY, 1995, p. 33).

Chesterman também defende que a tradução seja uma atividade regulada por normas, de tipo ético e social,

postuladas em relação à cultura de chegada. A tradução é regulada também pela norma linguística de relação, que a coloca em contato com o texto de uma outra língua que a gerou. A “norma linguística de relação” também diz respeito às competências profissionais próprias do tradutor. Com base nestas normas “um tradutor deveria agir de modo que uma apropriada relação de semelhança seja estabelecida entre o prototexto e o metatexto” (CHESTERMAN, 1997, p. 69).

Considerar em termos gerais a tradução não nos leva absolutamente a justificar qualquer tradução. Existem limites além dos quais se passa do *focus* da interpretação ao extremo da “traição”: se esses limites forem ultrapassados, a tradução não é mais tal, mas torna-se paródia, reescrita ou falsificação, transposição ou, exatamente, adaptação. Ainda que seja difícil estabelecer normas nas quais basear-se para distinguir uma tradução em sentido ortodoxo de uma não tradução, Eco indica algumas no senso comum e na deontologia do tradutor. No livro *Dire quasi la stessa cosa* (2003), o crítico escreve que o tradutor deve continuamente fazer acordos, ajustar a mira com respeito ao texto autoral e ao presumido leitor, e isso leva, frequentemente, à necessidade de uma adaptação.

Partindo do pressuposto de que qualquer tradução é também uma adaptação entre culturas, o conceito de adaptação é tradicionalmente contraposto ao de tradução, enquanto se postula que o texto tenha sofrido uma manipulação intencional. A tradução, de fato, pode mover-se, por um lado, na obediência da fidelidade filológica, com uma particular atenção ao texto de partida, que, frequentemente, é acompanhada de uma série de notas e comentários, com respeito pelo autor e pela língua de

origem. Neste caso, a tradução pretenderia restituir o texto caracterizado pela singularidade que a história lhe concedeu. Mas também é possível verificar, ao contrário, a necessidade de adequar a tradução ao horizonte de expectativa do público, à função que a palavra tem para os comportamentos pragmáticos e afetivos de quem a recebe, criando no leitor da tradução as mesmas reações intelectuais e emocionais que o original criou sobre os primeiros leitores na língua de origem. Por vários motivos, que vão dos problemas de compreensão do código linguístico até uma diferente imposição cultural do texto (mesmo dentro do mesmo código linguístico) à necessidade de comunicar, através de códigos semióticos diferentes dos originais, a tradução pode transpor os limites da adaptação (OSIMO, 2000a).

O lugar delegado no qual se exercita o processo de adaptação corresponde, principalmente, às diversidades “culturais específicas”, aquela parte da comunicação que é subentendida, corre o risco de ser redundante. As diferentes culturas atribuem diferentes tarefas à parte não dita da comunicação. O seu conteúdo implícito muda conforme a variação do contexto ambiental. Qualquer texto se caracteriza seja por aquilo que é dito e escrito (explícito), seja por aquilo que não é dito ou escrito explicitamente, porque é dado como certo (implícito). O que não é dito é dedutível pelo contexto, ou seja, pela cultura em que o enunciado se insere. As diferenças entre as culturas fazem com que categorias inteiras de objetos e fenômenos presentes em uma cultura estejam ausentes em outras (*ibid*).

Para proceder à adaptação de um texto, frente a um prototexto e um potencial leitor, é necessário realizar uma adaptação ou do texto ao leitor, ou do leitor ao texto.

Um leitor pode ser incapaz de entender alguns aspectos do texto por ignorância de algumas características culturais do ambiente que deu origem àquele texto. Nesse caso, a adaptação do leitor ao texto se formaliza em todas aquelas informações que são necessárias à decodificação do texto e que geralmente são resumíveis no conceito de aparato paratextual (notas, prefácio, etc.). Caso se optasse por adaptar o texto ao leitor, o texto seria modificado.

Os motivos que induzem um tradutor a adotar uma estratégia tradutória que aproxime o texto do leitor podem ser de natureza variada. A seguir, algumas inferências do *Corso di Traduzione* de Osimo (2000b).

- O prototexto é muito longo em relação ao espaço à disposição para o metatexto; o comitente, portanto, requisitou uma tradução abreviada e indicou o volume do metatexto desejado.

- Sendo o destinatário do metatexto um público infantil, o editor responsabiliza-se por uma concepção social (cânone) sobre o que é “adequado” ou “inadequado” para uma criança, e prepara uma adaptação censurada de várias maneiras possíveis: censura das referências sexuais, das referências violentas (geralmente, apenas físicas), das palavras “muito difíceis de pronunciar”, censura política de regime, censura sobre comportamentos considerados contrários à moral pública, etc. O mesmo pode acontecer para um público adulto.

- As características culturais do público do metatexto são diferentes a ponto de requerer uma modificação substancial do conteúdo do texto para que este se adapte melhor à realidade em que será usado; este último ponto refere-se sobretudo a textos de caráter

prático, instruções, funcionamento de máquinas ou programas, etc.

Osimo assinala que todos esses tipos de adaptação estão presentes, para todos os efeitos, nas traduções, uma vez que, assim como estas, são caracterizados pela presença de um prototexto ou original, de um metatexto ou tradução, de um modelo de leitor e de uma “dominante”.

#### **4 Tradução e recepção**

Para estudar o fenômeno da recepção é necessário entrar no campo da crítica da tradução e considerar o texto na sua condição de produto formado por elementos linguísticos e culturais que interagem com respeito à cultura de chegada. As modernas teorias tradutológicas dão enfoque ao contexto de recepção de um texto e, portanto, à cultura de chegada mais do que à vontade do autor do texto de partida. Essas focalizam a atenção sobre a ideia de tradução como texto autônomo, com uma existência própria que prescinde daquela de um texto de origem que também é um de seus pressupostos. O parâmetro de avaliação torna-se, então, não mais o presumido valor literário do texto de partida, a intenção do autor ou o problema da fidelidade ao original, mas, sim, o sistema literário da cultura da qual uma tradução passa a fazer parte.

Toury (1980), escreve Osimo (2000b), “foi o primeiro a elaborar uma concepção da crítica tradutória de acordo com a orientação da nova disciplina tradutológica”. A sua concepção consiste

em estudar os metatextos que foram produzidos em uma determinada cultura

receptora. Tal análise teria o objetivo, por um lado, de encontrar constantes no comportamento tradutório em geral, por outro, encontrar regularidades que possam contribuir para configurar um comportamento tradutório culturo-específico: quais são os parâmetros que fazem com que um certo metatexto possa ser considerado apropriado para uma determinada cultura.

Segundo este modelo, os textos (literários) traduzidos constituem um subsistema dentro do sistema da literatura em uma determinada língua, regulados pelas convenções e pelas normas da cultura de chegada.

Falando de recepção, seria possível iniciar com o paradoxo que diz respeito aos textos não traduzidos. Avaliar quais textos não são traduzidos, ou seja, examinar a ação de “filtro” posta em prática já é uma forma de análise do cânone dominante em uma determinada cultura, e de sua abertura para receber as culturas alheias. Estudar a recepção de um texto traduzido, todavia, significa analisar o papel desenvolvido pelo texto e o grau de acolhimento da tradução dentro da cultura de chegada, dada a correspondência do texto às expectativas do leitor. Em uma visão mais ampla, recorrer à história das traduções de um texto, em um determinado contexto cultural significa ter a possibilidade de estudar a história da sorte de um texto em si, mas também a evolução do gosto da cultura de chegada.

A tradução, como ressaltamos várias vezes, é um ato complexo, de natureza multidisciplinar, e a tarefa do tradutor, segundo as modernas teorias tradutológicas, é articula-se em dois planos: como profundo conhecedor das estruturas textuais e das condições culturais do

prototexto, e de estudioso das condições de recepção do metatexto. O tradutor, portanto, reafirmamos, deve responsabilizar-se, não somente pela mediação linguística, mas também pela mediação cultural. Para a tradução, são necessários não somente o conhecimento da língua de partida e de chegada, mas também uma complexa série de conhecimentos interdisciplinares que vão da filosofia à teoria da literatura, da semiótica à história.

Com respeito à relação metatexto/recepção, o tradutor é chamado a realizar algumas escolhas tradutórias que devem considerar, de modo particular, o destinatário da obra, aquele suposto leitor modelo, a quem a obra é endereçada. Falando de recepção de um texto, todavia, também não se podem ignorar algumas condições independentes das escolhas subjetivas do tradutor, como a política cultural da sociedade interessada na operação ou a política de mercado. O ato de traduzir, de fato, nunca é neutro: aliás, é frequentemente um ato de manipulação das diferenças linguísticas e culturais do prototexto na intenção de reduzir a obra traduzida a condições de maior familiaridade dentro da cultura receptora.

No conjunto de sistemas interagentes, que passa globalmente sob o termo generalizado de cultura, para o qual são determinantes os fatores sociais, culturais, ideológicos, além dos literários e linguísticos, a tradução assume o estatuto de fenômeno de comunicação intercultural e social. Retomando o conceito de semiosfera de Lotman (cf. o aprofundamento *Polysystem Theory*, p. 79), Even-Zohar analisa a rede desses sistemas culturais, correlacionados em relação dialética, dentro do qual insere também o sistema da literatura traduzida. O estudo da literatura como sistema de relação entre textos, mais

do que como *corpus* de obras de grandes autores, é colocado no centro da teoria polissistêmica.

## Referências

APEL F. (1993), **Il manuale del traduttore letterario, Guerini e Associati**. Milano: Ed. Org, 1983.

BENJAMIN W. (1962), **Il compito del traduttore** (1923), in ID. Angelus Novus. Saggi e Frammenti, Einaudi, Torino, PP 37-50.

BERMAN A. (1985), **La prova dell'estraneo**, Quodlibet, Macerata (ed. org. 1984)

CATFORD J. C. (1965), **A Linguistic theory of Translation**. An essay in Applied linguistics, Oxford University Press, London.

CHESTERMAN A. (1997), **Memes of Translation**. The Spread of Ideas in Traslating, Jonh Benjamins, Amsterdam-Philadelphia.

ECO U. (1962), *Opera aperta*, Bompiani, Milano.

ECO U. (1998), *Lector in fabula*. La cooperazione interpretativa Nei testi narrativi, Bompiani, Milano.

ECO U. (2003), *Dire quase la stessa cosa*. Esperienze di traduzione, Bompiani, Milano.

EVEN-ZOHAR I. (1990), *Polysystem Studies*, in "Poetics Today", vol. 11, n. 1.

EVEN-ZOHAR I. (1995), *La posizione della letteratura tradotta all'interno del polisistema letterario* (1978), in Nergaard (1995), PP. 225-38.

GADAMER H. G. (1995), **Dall'ermeneutica all'ontologia**. Il filo conduttore del linguaggio (1960), in Neergard (1995), p. 341-66).

GENTILE G. (1921), **Il torto e Il diritto delle traduzioni**, in ID., *Frammenti di estética e di letteratura*, Carabba, Lanciano.

- JACOBSON R. (1987), **Language in Literature**, Belknap Press, Cambridge (MA).
- LOTMAN J. (1985), **La semiosfera**. L'asimmetria e il dialogo delle strutture pensanti, Marsilio, venezia.
- MATTIOLI E. (1993), **Contributi Allá teoria della traduzione letteraria**, Aesthetica, Palermo.
- MOUNING G. (1965), **Teoria e storia della traduzione**, Einaudi, Torino.
- NEWMARK P. (1988), **La traduzione**. Problemi e metodi, Garzanti, Milano.
- OSIMO B. (2000), **Corso di traduzione**, Guaraldi Logos, Modena.
- SPERBER D., WILSON D. (1986), **Relevance**. Communication and Cognition, Blackwell, Oxford.

Dimitri Zen

Mestrado em Filosofia da Linguagem pela Universidade de Roma La Sapienza. Atualmente desenvolve a sua atividade profissional e de pesquisa acima de tudo nas áreas de filosofia, linguística aplicada e SLA (Second Language Acquisition).

E-mail: DimitriZen@libero.it

*Submetido: 12/09/2019*

*Aprovado: 20/11/2019*